

João Romão, português-brasileiro

João Romão, a Brazilian-Portuguese

*Haroldo Ceravolo Sereza**

*Valentim Facioli***

RESUMO

No texto “De cortiço a cortiço”, Antonio Cândido faz, entre outras leituras, uma análise do papel do antilusitanismo na estrutura da obra de Aluísio Azevedo. Este trabalho busca, a partir dessa sugestão e da crônica “O brasileiro”, de Eça de Queiroz, questionar o alcance dessa interpretação e buscar novas balizas para pensar as personagens portuguesas do romance.

Palavras-chave: *Literatura brasileira; naturalismo; Aluísio Azevedo; Antilusitanismo; Eça de Queiroz*

ABSTRACT

In “De cortiço a cortiço” Antonio Cândido pointed a strong role of antilusitanistic ideology in the structure of Aluísio Azevedo’s novel *O cortiço* (*The Slum*). Our aim, in this paper, is to trace the limits of this interpretation of Cândido. It’s also our goal, inspired by a chronicle of Eça de Queiroz named “O brasileiro”, to suggest new landmarks to understand the portuguese characters of this novel.

Keywords: *Brazilian Literature; Naturalism; Aluísio Azevedo; Eça de Queiroz*

* Universidade de São Paulo

** Universidade de São Paulo

Até os que falam a mesma língua falam línguas diferentes¹

Em “De cortiço a cortiço”, Antonio Cândido explora longamente o preconceito contra o imigrante português nos finais do século XIX para compreender o romance de Aluísio Azevedo. Sem apontar diretamente as fontes de que parte para indicar o antilusitanismo de Aluísio, Cândido afirma ser, no romance, “visível que a carreira de João Romão tem para o romancista um caráter de paradigma, inclusive devido à reação suscitada no brasileiro mais ou menos ressentido pela constituição das fortunas portuguesas do período”. Seu processo de acumulação assumiria, para o romancista, a “forma odiosa da exploração do nacional pelo estrangeiro” (CANDIDO, 2004, p. 111). Segundo o crítico, Aluísio, “filho de português mas antilusitano, como aliás dentro da maioria dos intelectuais de seu tempo”, tenciona, em seu livro, “castigar literariamente o europeu desalmado, desfrutador da terra e ladrão da herança dos seus naturais” (p. 122): “Já que no romance o branco é sobretudo português, fica uma impressão geral de ser legítima a oposição *branco = europeu x mestiço ou negro = brasileiro*, como se o romancista, simplificando, identificasse a ‘raça superior’ ao invasor econômico e a ‘raça inferior’ ao natural explorado por ele” (p. 122).

Cândido mergulha na questão do antilusitanismo através de um dito humorístico bastante brutal que circularia à época da publicação do romance e que igualaria, de modo complexo e, paradoxalmente, hierárquico, os trabalhadores brancos e não brancos. O dito afirma que “para português, negro e burro, três pés: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar” (p. 109). A xenofobia expressaria, assim, uma espécie de “luta de raças e nacionalidades, num romance que não questiona os fundamentos da ordem” (p. 112). Ainda que a fonte não esteja explícita, é bastante provável que o dito de fato fosse corrente na época no Rio de Janeiro. Um jornal antilusitano da época, *O Jacobino*, num dos seus incansáveis ataques aos portugueses, queixa-se dos “espertalhões” que conseguiram “firmar entre nós uma enorme influência, fingindo que pouco se importam”, e cita um “insolente” que teria dito num bonde que os portugueses desejariam apenas “três

¹ MILLIET, p. 13.

pês”, “paz – progresso e pudor”²: a fala do insolente português parece responder diretamente ao dito mencionado por Cândido.

A análise de Cândido realmente permite enxergar aspectos da discussão das nacionalidades presentes no romance, mas é importante lembrar que há um significativo exercício teórico nela, uma vez que o dito não se encontra no livro, de forma explícita. Como escreve Roberto Schwarz (p.28), “o crítico se afastou do livro, mas para identificar um componente de sua ordem profunda”. Temos, por assim dizer, a aplicação de uma ideologia de época, sintetizada no dito, ao romance, sem que o autor de *O cortiço* tenha assumido de modo tão explícito tal filiação antilusitana. Tal xenofobia seria visível através das trajetórias dos três portugueses analisados por Antônio Cândido: João Romão, o companheiro de Bertoleza e coproprietário com ela do cortiço; Miranda, o proprietário do sobrado, cuja filha se casará ao fim do romance com João Romão; e, finalmente, Jerônimo, o esposo de Piedade que se “abrasileira” a partir de sua relação com Rita Baiana. A operação crítica de Cândido parte do pressuposto de que Aluísio expressou na obra conflitos, sobretudo os de exploração econômica, que vão além de sua capacidade interpretativa. Salete de Almeida Cara (2009, p. 63) sintetiza tal leitura afirmando que “o escritor [Aluísio] fez valer o que havia de social naquilo que o escritor tomava, no seu projeto, como uma ‘realidade orgânica’, dando no que Antônio Cândido apreendeu como uma ‘dialética entre o espontâneo e o dirigido’”. Seriam, assim, os preconceitos do brasileiro médio do tempo de Aluísio, preconceitos partilhados pelo escritor, que teriam armado, à revelia do autor, “uma espécie de rascunho de personagem” (p. 62) capaz de garantir o caráter peculiar e original do romance, mostraria a análise de Cândido.

170

Vale a pena registrar que a discussão sobre a oposição entre brasileiros e estrangeiros não foi uma criação isolada de Cândido. Ela surgiu de uma polêmica com Affonso Romano de Sant’Anna, que analisou *O cortiço* num capítulo do livro *Análise estrutural do romance brasileiro* e depois em “Curtição – *O cortiço* do mestre Cândido e o meu” (SANT’ANNA, 1974, 2003). É a partir do primeiro texto que Cândido (1974), em “A passagem do dois ao três”, responde, afirmando considerar relevante a oposição *brasileiro x português* no texto, entre outras dualidades que considera irrelevantes ou pouco relevantes.³

Há, de fato, no início da República, um sentimento renovado de antilusitanismo no Rio de Janeiro. Renovado porque ele tem raízes, pelo menos, como fenômeno de média ou quiçá longa duração, nas disputas políticas em torno da independência, no início do século 19, se não já da época da colonização, e estão presentes em revoltas ocorridas em todo o território nacional.⁴ Monica

2 Apud RIBEIRO, p. 117. O jornal é de 7/11/1894, p.1.

3 Sobre essa polêmica, cf. o texto “Os tempos da crítica” (SEREZA, YUNG, 2007).

4 Dito de forma sintética, “Originalmente, o antilusitanismo foi orquestrado por uma parte da elite brasileira como um instrumento para angariar o apoio popular em favor da Independência. Esse discurso ganhou as ruas ainda nos anos 1820, renovando-se nos episódios vinculados à Abdicação em 1831. A historiografia apresenta inúmeros casos de xenofobia entre a Independência e o fim do período regencial com grande participação popular” (CARVALHO, CÂMARA, 2018, p. 375).

Duarte Dantas (2018, p. 524), tratando do século XIX, afirma que “elementos de antilusitanismo estão obviamente presentes em 1817 [Pernambuco] e na Confederação do Equador [iniciada também em Pernambuco, 1824]; mas também aparecem com força na Cabanagem [Pará, 1835-1840], na Sabinada [Bahia, 1837-1838], na Balaiada [Maranhão, 1838-1841] e na Praieira [Pernambuco, 1848-1850]”. Na Rebelião Praieira, especificamente, esse sentimento antilusitano também esteve ligado à defesa da nacionalização do comércio a retalho, ou seja, das pequenas coisas, algo que o aproxima do romance *O cortiço*. O chefe de Polícia que esmagaria a Rebelião Praieira, Figueira de Mello, afirmou expressamente que os rebeldes “incutiram, mais ou menos claramente, nas classes baixas e ignorantes da população a ideia de que saindo os lusos do comércio, seriam-lhes garantidas as lojas, tabernas e boticas” (Apud CARVALHO, CÂMARA, 2018, p. 375).

Esse antilusitanismo, no entanto, nos mostra a historiadora Gladys Sabina Ribeiro, em *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas – o antilusitanismo na Primeira República*, ganha novos contornos com a forte imigração que chegou à cidade com objetivo de substituir o trabalho escravo, no fim do período imperial e início do republicano. Do ponto de vista político, os radicais da república, em especial o grupo que se denominou jacobino⁵, vão associar a imigração portuguesa à defesa da causa monárquica, misturando os conflitos cotidianos com a causa política que mobilizava as camadas envolvidas na construção do novo regime ou na tentativa, que se mostrou vã, de reconstruir o império. Pedro Paulo Catharina e Leonardo Mendes (p. 115-116) observam que “todos os autores naturalistas brasileiros foram republicanos (e abolicionistas) combativos”:

171

Escritores como o paulista Julio Ribeiro, o maranhense Aluísio Azevedo e o cearense Adolfo Caminha entendiam, como Zola, que a política do romance naturalista só poderia ser republicana. Todos eles eram homens de imprensa e, como tais, combatiam pelas causas da liberdade e da República nos jornais das cidades, especialmente no Rio de Janeiro, num trabalho intenso de construção de um dissenso político, moral e estético que corria paralelo (e de muitos modos de maneira independente) à construção do republicanismo ligado aos cafeicultores do oeste paulista.

No dia a dia, o Rio de Janeiro era, de fato, uma cidade bastante “portuguesa”. “Em 1890” (ano de publicação de *O cortiço*), informa Ribeiro (p. 22), “havia 106.461 lusitanos [no Rio], 77.954 homens e 28.507 mulheres. Os

⁵ Segundo Beatriz Coelho Silva, “os clubes republicanos radicais do fim da monarquia se diziam jacobinos por defender as mesmas ideias dos franceses um século antes. Proclamada a República em 1889, cresceram em número e espalharam-se pelo país, tornando-se o principal apoio político-militar de Floriano Peixoto, vice-presidente que tomou posse na presidência com a renúncia de Deodoro. SILVA, s/d.

homens correspondiam a 50% da população estrangeira, e as mulheres, a 18%”. Essas 106 mil pessoas correspondiam a um quinto da população do Rio. Somados aos filhos de portugueses, “a população de origem lusitana mais direta cresce para 267.664 pessoas”, ou mais da metade da população:

O imigrante lusitano, majoritariamente homem, solteiro e em idade considerada produtiva, era um concorrente em potencial do brasileiro: o mercado apresentava oportunidades escassas e dava preferência ao trabalhador imigrante *branco* (...). O português era considerado um *explorador* das oportunidades de trabalho e um concorrente na sua própria terra natal; um verdadeiro *usurpador* e *aproveitador* que não reconhecia a benevolência e o acolhimento do povo brasileiro e transformava-se, assim, em um “irmão urso”, responsável por desordenar a vida do brasileiro (RIBEIRO, 2017, p. 23).

Podemos inferir a partir da análise de Ribeiro, portanto, que havia um excedente de mão de obra na cidade, situação que permite aos patrões rebaixar salários e aumentar os preços das mercadorias simultaneamente, resultando em desemprego sistêmico, ampliação de lucros e segregação racial no mundo do trabalho e do consumo. Em São Paulo, um fenômeno semelhante se coloca, com a presença de imigrantes italianos, espanhóis e, também, mas em escala menor se comparada com a do Rio de Janeiro, de portugueses. Essa situação é o que permite, como mostra o livro *Uma história não contada*, de Petrônio Domingues, a exclusão dos trabalhadores negros do mundo do trabalho e o favorecimento relativo da inserção do imigrante – no Brasil, em particular nas grandes cidades, a constituição desse “exército de reserva” de trabalhadores se dá com a aplicação de métodos de segregação racial e de afastamento dos descendentes de escravizados do trabalho regular. Essa situação cria espaços de conflitos étnicos e raciais, de caráter nacionalista, entre os trabalhadores.

Conforme mostra a pesquisa de Ribeiro, portanto, os conflitos entre brasileiros e portugueses têm como substrato geral essa passagem do trabalho escravo para o trabalho “livre”, o que é, também, uma das questões centrais do romance de Aluísio Azevedo, e da disputa em torno dos projetos republicanos. Assim, a discussão iniciada por Cândido se mostra bastante pertinente, embora incompleta: a principal questão que colocamos é se é possível, ou melhor, desejável, interrompermos o debate na “comprovação” de que Aluísio expressou um antilusitanismo na obra e de que o livro de fato “não questiona os fundamentos da ordem”. Pensamos ser mais produtivo, talvez, desdobrar a questão: em que medida esse antilusitanismo concentra-se no autor? Como Aluísio lida com esse antilusitanismo? Constrói um “tipo” português, que segue um caminho

nos trópicos, ou o apresenta de forma diversa? E, finalmente, como a forma naturalista atua para a construção do romance?

Candido menciona três personagens homens portugueses que representariam o primeiro figurante dessa “língua do pé”, o “português” (p.113): “O comendador Miranda, já posto no sobrado vizinho do cortiço; João Romão, labutando neste, olhando para o sobrado e lá chegando; Jerônimo e outros, que seguem os impulsos, nivelam-se aos da terra e perdem a vez”. Eles seriam “variedades do branco europeu, desprezado de maneira ambivalente pelo nativo mas pronto para suplantá-lo e tornar-se o verdadeiro senhor, se conseguir ser agente no processo de espoliar e acumular”. O segundo figurante seria formado pelos negros e mestiços: Firmo, Rita Baiana, a arraia miúda dos cortiços, que “mesmo quando etnicamente branca é socialmente negra” (p. 114). E, finalmente, o terceiro figurante seria um animal: “a redução biológica do naturalismo vê todos, brancos e negros, como animais”.

Devemos começar essa discussão notando que, além dos portugueses homens destacados por Candido, um escapa à percepção do crítico. Presente apenas no primeiro parágrafo do livro, ele não tem nome, mas sabemos que foi o patrão de João Romão e que retornou “à terra”. Antes do “rapaz” João Romão atirar-se “à labutação ainda com mais ardor”, recebeu deste português sem nome “em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro” (AZEVEDO, 2005, p. 441).

O cortiço é um romance que está estruturado em torno da vida econômica (ver SEREZA, 2014, e SANTOS, 2012) e, por isso, não podemos considerar essa relação como insignificante. O método de apresentar a origem das formas de ganhar a vida das personagens se coloca aí, neste primeiro parágrafo, de forma explícita. E, nessa situação, o que temos? A primeira personagem do livro explora o trabalho não de um brasileiro, mas de um português. Nesse momento, portanto, a oposição entre *português x brasileiro* ainda não foi construída. Já temos uma relação de trabalho, e de trabalho livre, entre um português e um português, que dá origem a um processo duplo de acumulação: a do português que volta a Portugal com o que guardou em economias e a de João Romão, que inicia um processo de acumulação capitalista para muito além do realizado por seu patrão.

Num pequeno quadro, vamos sintetizar as principais personagens portuguesas da obra:

1º português	João Romão	Miranda	Jerônimo	Piedade
Volta a Portugal no início do romance	Herda do 1º português a venda e o desejo de enriquecer. Se casará com a filha do Miranda	Vizinho de João Romão, com quem trava um conflito “territorial”. Compra o título de Barão de Freixal	Gerente da pedreira, é empregado de Romão e casado com Piedade, com quem tem uma filha	Será abandonada, com a filha do casal, por Jerônimo, que se une a Rita Baiana e se “abrasileira”

Uma rápida observação do quadro indica que o romance tem inúmeras tramas que opõem portugueses a portugueses, portanto. Se não são poucas as relações de exploração entre o português João Romão e brasileiros no livro, por outro lado, os conflitos entre os próprios portugueses nos parecem suficientemente numerosos para alimentar leituras alternativas.

Se não temos a descrição por Aluísio do primeiro português, talvez convenha pegar uma de empréstimo, feita por Eça de Queiroz. Numa crônica publicada em *Uma campanha alegre* (p.1190-1193), Eça não lhe chama de português, mas, sim de “brasileiro”, “não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil”. Esse “brasileiro”, que Eça também chama de “rico *torna-viagem*”, é profundamente ridicularizado pelos seus contemporâneos. “Grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vozinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos; o gordalhufo amoroso das comédias salgadas! O figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: o maridão de tamancos, sempre traído, de toda boa anedota”. Diz ainda Eça: “Nenhuma qualidade forte ou fina se supõe no brasileiro”.

Estamos longe de acabar as caricaturas que impinge ao patrão de João Romão. Mas depois de elencar toda uma série de chacotas a essa personagem que faz rir os portugueses, Eça vira o jogo: primeiro diz que o “brasileiro” é o português expandido pelo calor, ainda fazendo troça com o discurso determinista, mas completa ao final da crônica:

174

Ora o brasileiro não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem extraordinário – é um trabalhador. E tu português não és formoso etc. – és um mandrião! De tal sorte que te ris do brasileiro – mas procura viver à custa do brasileiro. Quando vês o brasileiro chegar dos Brasis, estalas em pilhérias: – e se ele nunca de lá voltasse com o seu bom dinheiro, morrerias de fome! Por isso tu – que em conversas, entre amigos, no café, és inesgotável a troçar do brasileiro – no jornal, no discurso ou no sermão, és inexaurível a glorificar o brasileiro. Em cavaqueira é o *macaco*: na imprensa, é o *nossa irmão de além-mar*.

A crônica de Eça permite, ao mesmo tempo, entrever esse jogo de espelhos entre o que vai e o que fica, o que volta e o que permanece, e também o pesado jogo de identidades, preconceitos e materialidade em Portugal. Mas mostra também que circulava entre os escritores de veio realista uma certa dúvida em relação aos limites da interpretação naturalista. Eça é um modelo expresso de Aluísio desde *O mulato* e, em *O homem*, essa desconfiança que não abandona a

ferramenta da leitura da realidade, mas a coloca em perspectiva, surge na figura caricata do médico Dr. Lobão.

Voltemo-nos agora à segunda personagem do romance, João Romão: ele encarna, como nenhum outro português do livro, o conflito entre a figura do português explorador, ganancioso e traidor (que o diga Bertoleza) e os nacionais, que estão, em grande número, representados no cortiço. Ele é que vive grande parte dessas fricções em que se misturam questões aparentemente pequenas e cotidianas com as nacionalidades.

A pesquisa de Ribeiro reúne inúmeros casos de conflitos que chegaram aos jornais e à justiça. Brigas por conta de suspeita de manipulação de pesos e de preços, corte de crédito e falta de pagamento; despejos de casas de aluguel ou de pensão. Eram frequentes os xingamentos de caráter étnico-racial. Numa das rixas analisadas por Ribeiro (p.38), a partir de um processo criminal, o português Antônio Joaquim Ribeiro, branco, e o brasileiro Antônio Marinho do Espírito Santo, pardo, entraram em conflito porque, por falta de dinheiro, o brasileiro não conseguiu pagar o valor negociado pela quitanda e por algumas casas. “Na versão do brasileiro, o português seguiu-o quando ia à latrina e, destratando-o, chamou de ‘negro sem palavra’”.

Não raro, brigas assim descambavam em tiros, e um ditado popular à época ensinava que “quem mata galegos⁶ não tem crimes”. A tendência, no entanto, era oposta: tal como ocorre em *O cortiço*, o corrente era a polícia e a justiça protegerem os portugueses, e não o contrário. São muito comuns casos em que os agressores portugueses, mesmo recorrendo ao uso de armas de fogo, são absolvidos ou punidos levemente, enquanto são também comuns os casos de brasileiros, muitas vezes classificados como negros, pardos ou mulatos na documentação, serem punidos.

Assim, a questão dos conflitos se coloca de forma múltipla. O sentimento antilusitano, que se alimentava dessa forte participação dos imigrantes portugueses no comércio e no negócio da habitação popular, pode ter sido um motor da aceitação do romance, dado o papel central de João Romão. Mas não nos parece ser possível tomar todo o romance como antilusitano. O método comparativo, utilizado por Zola (1999) nas séries “Como se casa” e “Como se morre”, parece ter sido um dos elementos formais a que recorreu Aluísio na composição do romance: a presença de múltiplos portugueses na obra, em vez de ser vista como um elemento de estereotipização, em alguma medida buscária, justamente, quebrar a figura simplificada do português como um simples “explorador”: João Romão é explorado e explorador; Miranda é um explorador em decadência, não em ascensão; Jerônimo é um português trabalhador, que se deixa seduzir por um projeto libertário, conduzido por Rita Baiana, enquanto Piedade é uma vítima, ao mesmo tempo, do abandono em busca dessa liberdade por parte de Jerônimo

⁶ A palavra “galego” era usada como ofensa no Brasil, dirigida a portugueses. Em Portugal, ela se relacionava ao preconceito contra trabalhadores da Galícia, que aceitavam as piores condições de trabalho.

e do poder de sedução de Rita Baiana. O conflito que opõe Jerônimo e Firmo, por sua vez, ao contrário do que opõe Romão e Miranda, não é da ordem da exploração econômica: assim, o meio “social”, e não apenas “natural”, atua de forma diferentes sobre portugueses de temperamentos diferentes, conduzindo a destinos também distintos.

Tal sofisticação do escritor não necessariamente é absolutamente consciente, e muito menos será necessariamente lida assim por seus contemporâneos. O leitor, nesse sentido, é também o construtor do romance, especialmente num projeto como o do naturalismo, em que o debate de um livro não se encerra no indivíduo.

João Romão é, por outro lado, essa personagem magnética, que adoramos odiar (ou, por outra, que odiamos adorar). Ele é uma espécie de “brasileiro” (entre aspas, o de Eça) que não retorna a Portugal. Ele nos envergonha, por sua violência, mas também é motivo, paradoxalmente, de admiração, pois ele é o condutor de um processo agressivo de geração de riqueza (e, dialeticamente, de pobreza). Não sabemos se vivemos de seu fervor pela acumulação ou se sobrevivemos a ele. Romão não retorna a Portugal, mas moderniza, ao contrário de Miranda, o cortiço. Ele é o “português”, mas também é o “brasileiro”; ao ficar, torna-se brasileiro, sem deixar de ser português; seu patrão, ao retornar à terra, torna-se “brasileiro”, como só um português retornado pode ser.

Graças a sua fome napoleônica⁷ por riquezas, Romão constrói o cortiço e se apropria do sobrado do vizinho Miranda. E o cortiço se transforma numa avenida, a avenida São Romão. Romão, com a acumulação de bens de raiz e também de capital simbólico, nem planos faz de regressar a Portugal. A falsa alforria de Bertoleza completa o quadro dessa perversa modernização, com a exclusão do negro, apesar da resistência explícita da ex-companheira, que se insurge e afirma-se enquanto sujeito (“Sou negra sim, mas tenho sentimentos! Quem me comeu a carne tem de roer-me os ossos!”, AZEVEDO, 2005, p. 621). Essa fraude deve, a nosso ver ser lida como uma representação da lei da Abolição, de 1888. Como escreve Jean-Yves Mérian, *O cortiço* foi lançado a 13 de maio de 1890, “exatamente dois anos após a abolição da escravatura no Brasil”, “e numerosos leitores ficaram chocados de ver o trágico suicídio de Bertoleza coincidir com o episódio de um diploma de membro benfeitor que os abolicionistas entregam a João Romão. Mas quantos abolicionistas de última hora devem ter reconhecido em si próprios a João Romão!” (MÉRIAN, 1988, p 578).

7 Em *Quincas Borba*, publicado em folhetins entre 1886 e 1891 e em livro em 1892, Machado de Assis utilizaria a figura de Napoleão III, um napoleão de fancaria, para expressar o processo de enlouquecimento de Rubião diante das fraudes perpetradas pela personagem de significativo nome Cristiano Palha. Palha, em sentido figurado, significa coisa de pouco valor ou ninharia. Rubião é presa de um golpista, acanalhado, que utiliza inclusive a mulher, Sofia, para achacar toda a fortuna do infeliz Rubião – aliás herdada e de origem algo obscura –, que tanto cai na miséria, quanto enlouquece. Assim o napoleonismo de Rubião nesse romance é invertido, e ao invés da acumulação de capital, como capitão de indústria, significa o inverso e pode ser lido como uma sátira ao momento histórico brasileiro, com largas repercussões. Coisa bastante diferente de João Romão.

A nós, nos parece que tal trecho de *O cortiço* permite dizer que, sim, Aluísio, de modo bastante direto, aliás, questiona os fundamentos da ordem (a escravidão e o republicanismo conservador), e não envolve uma questão ligada intrinsecamente à origem portuguesa de João Romão. Transforma-se assim o livro numa sorte de alegoria, como diz Cândido, ou, mais precisamente, numa paródia cruel do momento histórico brasileiro e do comportamento das classes dominantes na exploração dos pobres e na marginalização do negro na sociedade de classes.

Antônio Cândido (2004, p.113), no texto inicialmente citado, aponta “a grosseria da formulação [dos três pés], feita para não deixar dúvidas”:

Eu, brasileiro nato, livre, branco, não posso me confundir com o homem de trabalho bruto, que é escravo e de outra cor; e odeio o português, que trabalha como ele e acaba mais rico e mais importante do que eu, sendo além disso mais branco. Quanto mais ruidosamente eu proclamar os meus débeis privilégios, mais possibilidades terei de ser considerado branco, gente [de] bem, candidato viável aos benefícios que a Sociedade e o Estado devem reservar aos seus prediletos.

Essa formulação, de fato, pode muito bem ter orientado as leituras à época de *O cortiço*, bem como a de outros críticos, alguns citados neste artigo. Não se trata, portanto, de negar o substrato antilusitano que, de alguma forma, está presente no livro e na sua recepção, mas de compreender como esse substrato foi usado e, em alguma medida, superado pelo próprio autor. Porque apenas o determinismo e o preconceito contra o português não explicariam a presença de tantos personagens portugueses, que, sob o mesmo sol e sobre o mesmo espaço, vivenciam caminhos tão diferentes na imaginação de Aluísio Azevedo. A forma de narrar naturalista e o método comparativo, herdados de Zola, tornam o livro de Aluísio um bem sucedido “estudo de caso”, em que é possível compreender de forma complexa “como se vive” ou mesmo “como se trabalha” sendo português e/ou imigrante em meio às tensões do avanço capitalista, sobretudo tendo a abolição como elemento central no processo de modernização conservadora do Brasil do final do século XIX.

Referências

AZEVEDO, Aluísio. *Ficção completa*, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. “A passagem do dois ao três (contribuição para o estudo das mediações literárias)”. *Revista de História*, nº 100. São Paulo: FFLCH, 1974.

CARA, Salete de Almeida. *Marx, Zola e a prosa realista*. São Paulo: Ateliê, 2009.

CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira, MENDES, Leonardo. “Naturalismo, aqui e lá-ba”. *O eixo e a roda*: v. 18, n. 1, p. 119-127. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CARVALHO, Marcus J.M. de e CÂMARA, Bruno Dornelas. “A Rebelião Praieira”, p. 355-390. In DANTAS, Monica Duarte (org.), *Revoltas, Motins, Revoluções - Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. 2ª Edição. São Paulo: Alameda, 2018.

DANTAS, Monica Duarte. “Epílogo - Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império”, p. 511-563. In DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções - Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. 2ª Edição. São Paulo: Alameda, 2018.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.

178

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MILLIET, Sérgio. *Considerações inatuais*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1957.

QUEIROZ, Eça de. *Obras de Eça de Queiroz* – 3 volumes. “Uma campanha alegre” (p.1190-1193). Porto: Lello & Irmãos, s/d. Também disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Uma_Campanha_Alegre/II/XXI. Acesso: 20/08/2019.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas – o antilusitanismo na Primeira República*. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Que fazer de Ezra Pound?* Rio de Janeiro: Imago, 2003.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000).

H. C. SEREZA
& V. FACIOLI
*João Romão,
português ou
brasileiro?*

SANTOS, Vivaldo Andrade dos. (2012). “Uma leitura econômica de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (54), 53-66. <https://dx.doi.org/10.1590/S0020-38742012000100005>.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. O cortiço, romance econômico. *Novos estudos - CEBRAP* [online]. 2014, n.98, pp.185-200. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000100010>.

SEREZA, Haroldo Ceravolo, YUNG, Nancy Lopes. “Os tempos da crítica”, *Revista Ecos*, v.1, p. 79-82. Cáceres: 2007.

SILVA, Beatriz Coelho. In In ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Página inicial: <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Verberte “Jacobinismo” em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf>. Rio de Janeiro: s/d. Consulta em 31/7/2018.

ZOLA, Émile. *Como se nasce, como se morre*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Submetido em: 25/09/2019
Aceito em: 16/12/2019

179